

# POVO LIVRE

PSD PREPARA

PROGRAMA ESTRATÉGICO

PARA PORTUGAL

Após uma reunião do Conselho Estratégico Nacional (CEN), no sábado, que juntou em Serralves, no Porto, os coordenadores nacionais das 25 áreas temáticas, o líder do PSD revelou que foi feita a análise da “situação política, económica e social do país”

## 06 PRESIDENTE

### PORTUGAL PERDEU A ESPERANÇA NO GOVERNO

Luís Montenegro acusa o Governo de António Costa de “incompetência” por não ser capaz de resolver os problemas das pessoas e de apenas gerar “trapalhadas” políticas

## 12 LOCAIS

### EDUCAÇÃO EM DEBATE NA MAIA

O auditório da Fundação Gramaxo, na Maia, recebeu a 3.ª edição da Academia de Formação Política da Distrital do Porto do PSD, dedicada à educação

## 21 REGIONAIS

### PSD DA MADEIRA ACUSA GOVERNO DE “GRAVE DISCRIMINAÇÃO”

O Conselho Regional do PSD da Madeira acusa António Costa de, na sua última deslocação à Madeira, não ter falado dos dossiês pendentes na República

# 130 milhões de euros

**Passado mais de um ano desde a transferência de competências na área da Educação, o Governo continua sem respeitar o compromisso assumido com as autarquias.**



**EMÍLIA SANTOS**  
Diretora do Povo Livre

O número é esmagador: 130 milhões de euros é o montante que o Governo tem em dívida para com as autarquias no quadro da transferência de competências na área da Educação.

Quando as autarquias assumiram as competências descentralizadas na Educação, a 1 de abril de 2022, houve quem aludisse, em tom de brincadeira, à coincidência da data com o tradicional “Dia das Mentiras”. A triste ironia desde caso é perceber-se que, afinal, havia razões para estranhar a coincidência.

É incompreensível – diria, mesmo, injustificável – que o Governo não honre os compromissos assumidos com as autarquias, sobretudo tendo em consideração que a maior fatia das verbas em dívida se relaciona com a alimentação das nossas crianças e jovens.

Para que não haja sombra de dúvida: nos municípios que assumiram a descentralização de competências na Educação, todas as refeições escolares servidas nas escolas, ao longo do ano letivo findo, foram integralmente suportadas pelas Autarquias, sem um cêntimo do financiamento obrigatório por parte da Administração Central.

Não fosse o sentido de responsabilidade e de compromisso das Autarquias, centenas de milhares de alunos teriam ficado sem acesso a refeições nas cantinas escolares, o que, no caso das famílias mais desfavorecidas, que dificilmente podem proporcionar refeições equilibradas e saudáveis às crianças, teria um impacto ainda mais negativo.

A menos de dois meses da abertura do novo ano letivo, é legítimo perguntar até quando se prolongará esta irresponsabilidade do Governo, este incumprimento gravíssimo dos compromissos assumidos com as Autarquias e

as respetivas comunidades, que, inclusive, condiciona a própria gestão dos orçamentos municipais.

Quando o PSD, no Governo, iniciou a transferência de competências para as autarquias, fê-lo de forma séria e responsável, com acordos entre as partes, com as verbas e as tarefas bem definidas e com uma avaliação periódica da forma como o processo decorria.

Por sua vez, o PS fez um “acordo” que, na prática, impôs às Câmaras Municipais a assunção das competências, sem hipótese de recusa, para logo se descartar das suas responsabilidades ao não cumprir com a componente financeira do acordo.

É um claro exemplo do estilo de gestão socialista, com o empurrar de responsabilidades para terceiros, não respeitando os compromissos e vendendo a ilusão de um país das maravilhas com contas certas, mas onde não se pagam as dívidas.

Se, ao caso da Educação, analisarmos como decorrem as transferências de competências nas áreas da Saúde e da Ação Social, podemos concluir que o Estado Social não é, afinal, uma prioridade central para os socialistas.

A falta de rigor, de seriedade e de competência deste Governo nesta matéria (e em tantas outras) está a pôr em causa governação autárquica em muitos municípios, pondo em risco a qualidade de vida e o bem-estar de centenas de milhares de famílias.

É urgente resolver esta situação inoportável. Da parte do PSD e dos seus Autarcas, tudo continuará a ser feito para proteger os superiores interesses dos municípios, procurando obrigar o Governo a, enfim, honrar o compromisso assumido com os portugueses.

REUNIÃO DO CEN NO PORTO

# ESTAMOS A PREPARAR UM “PROGRAMA ESTRATÉGICO” PARA PORTUGAL

**Temos impostos máximos e serviços mínimos.**

Luís Montenegro garante que o PSD está focado em preparar um “programa estratégico” para Portugal.

“Vivemos num país onde há impostos máximos e serviços mínimos. (...) Estamos empenhadíssimos em conceber um programa estratégico para o país, que será a base do nosso programa eleitoral”, afirmou.

”

**O Governo não tem capacidade de transformação do país.**

Luís Montenegro





”

**O PSD é  
um partido  
com muito  
pensamento**

Luís Montenegro





Após uma reunião do Conselho Estratégico Nacional (CEN), no sábado, 15 de julho de 2023, que juntou em Serralves, no Porto, os coordenadores nacionais das 25 áreas temáticas, o líder do PSD revelou que foi feita a análise da “situação política, económica e social do país”.

“O Governo não tem capacidade de transformação, de reforma, de resolver os problemas que são estruturais para projetarmos as próximas décadas para Portugal”, apontou.

Luís Montenegro considera que um dos patrimónios do PSD é a sua diversidade na criação de propostas políticas que sirvam os portugueses. “O PSD é um partido com muito pensamento, com muita reflexão, onde não pensam todos da mesma maneira”, referiu.

No sábado, o líder do PSD esteve ainda no 49.º aniversário da JSD, na Figueira da Foz.

LUÍS MONTENEGRO NUMA AUDIÊNCIA COM O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

# PORTUGAL PERDEU ESPERANÇA

Os portugueses estão mais



# UMA ESPERANÇA NO GOVERNO

pobres.



Luís Montenegro acusa o Governo de António Costa de “incompetência” por não ser capaz de resolver os problemas das pessoas e de apenas gerar “trapalhadas” políticas.

“Os portugueses estão mais pobres, têm salários baixos, têm uma dificuldade enorme em poderem aceder aos serviços públicos e são manifestas as demonstrações de incompetência a que se juntaram, infelizmente, muitas perturbações, trapalhadas, neste período”, frisou.

No final de uma reunião com o Presidente da República, esta segunda-feira, em Belém, o Presidente do PSD sublinhou que transmitiu ao chefe de Estado que o PSD vai continuar a centrar-se nos temas que interessam aos cidadãos e empresas. “O que nos trouxe aqui foi fazer uma avaliação do Estado da Nação portuguesa e habilitar o Presidente da República com a posição do PSD para os temas que interessam à vida das pessoas. (...) O que quero dizer aos portugueses é que no PSD não vamos desviar as atenções do essencial, a vida de cada português, de cada família, de cada empresa. Demos ao Presidente fundadas razões para que ele, como já acontece com muitos portugueses, possa confiar que Portugal tem uma grande alternativa política diante de si que é liderada pelo PSD”, afirmou.

Luís Montenegro deixou um diagnóstico muito negativo da governação socialista, que classificou como “de desesperança”. “O país não tem esperança, não tem ambição, mas tem oposição e tem alternativa. Somos a alternativa que quer dar a Portugal condições de sonhar mais e melhor nos próximos anos, não nos conformamos com um país que pensa pequeno, um Governo que só pensa no dia seguinte”, criticou.

Em concreto na área da saúde, Luís Montenegro questionou o Governo por que razão ainda não foram aprovados os estatutos da direção executiva do Serviço Nacional de Saúde (SNS), um ano depois desta entidade ter sido aprovada. “Não sei se o ministro da Saúde não se consegue entender com o diretor executivo do SNS ou com ministro das Finanças ou não se consegue entender com o Primeiro-Ministro”, referiu.



”

**Somos a alternativa  
que quer dar a  
Portugal condições  
de sonhar mais**

Luís Montenegro





No setor da educação, o líder do PSD lembrou as perturbações quer no pessoal docente, quer nos restantes profissionais, alertando ainda para os obstáculos na habitação e na criação de oportunidades para os jovens. “Não nos conformamos com milhares e milhares de jovens que não encontram oportunidades de emprego em Portugal e estão a emigrar”, apontou, reiterando ainda críticas que tem feito sobre a utilização em Portugal das verbas do PRR para “tapar buracos da falta de investimento público”.

Sobre a TAP, Luís Montenegro reiterou as críticas que fez ao relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, que disse ser “um exercício que vale zero por ser faccioso, sectário” e de branqueamento da ação governativa.

A delegação do PSD em Belém incluiu, além de Luís Montenegro, o Presidente do Grupo Parlamentar do PSD Joaquim Miranda Sarmiento, e os vice-Presidentes Miguel Pinto Luz, Margarida Balseiro Lopes e Inês Palma Ramalho.

# ASD FAZEM BALANÇO “EXTREMAMENTE NEGATIVO DA DESCENTRALIZAÇÃO” NA EDUCAÇÃO E SAÚDE

**Os Autarcas Social Democratas (ASD) fazem um balanço negativo da descentralização na Educação (451 escolas são transferidas para os municípios) e na Saúde e acusam o Governo de atrasar o pagamento de verbas acordadas, pondo em causa a sustentabilidade financeira dos municípios.**

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e o Governo assinaram um acordo em 22 de julho de 2022 sobre as áreas da Educação e da Saúde, que atualizou os termos em que estas competências seriam descentralizadas para os municípios.

Um ano depois, os ASD consideram que o balanço é “extremamente negativo”, alertam que “estão cansados de que ‘a palavra dada não seja palavra honrada’ e admitem que, “se a situação não for rapidamente resolvida”, podem “devolver ao Governo as competências recebidas”.

“Fazem um balanço negativo, porque o Governo comprometeu-se em apresentar propostas concretas nas duas áreas principais, falamos de Educação e de Saúde, e não as cumpriu em muitas situações. E esta situação de incumprimento põe em causa a sustentabilidade financeira das autarquias locais, mas também

a credibilidade, direi eu, do próprio Governo, bem como a relação de confiança e estabilidade entre as partes”, afirmou Hélder Sousa Silva, Presidente dos ASD.

O também Presidente da Câmara Municipal de Mafra destacou a falta de atualização de verbas para refeições escolares e para o transporte dos alunos com necessidades educativas especiais, afirmou que não estão a ser transferidas as verbas dos equipamentos escolares que o Governo se tinha comprometido a transferir, não foi publicada uma portaria com os rácios de pessoal não docente para os alunos com necessidades educativas, nem foram transferidas verbas relativas a seguro de acidentes de trabalho, despesas com higiene, segurança e medicina no trabalho.

“Nós estimamos, do levantamento que fizemos, que mais de 130 milhões de euros estão em dívida aos



municípios, particularmente só nestas duas áreas, refeições escolares e transportes escolares”, estimou.

“Julgamos que muitos de nós já deveriam ter começado a fazer as intervenções nas suas escolas e perdemos o ano a decidir e a encontrar caminhos para o financiamento. E há outros autarcas que já avançaram através do quadro comunitário 2020, que ainda está em vigor, e que, neste momento, não sabem como é que vai ser feito o acerto de contas relativamente à comparticipação nacional, porque nada está dito sobre essa matéria”, acrescentou.

Hélder Sousa lembrou ainda que as comissões de acompanhamento do processo de descentralização ficaram de apurar, até ao final de 2022, a relação entre a receita e a despesa que os municípios realizaram para desempenhar esta competência, mas ainda não foram feitos acertos de contas.

“Certo é que todos nós apurámos essa relação entre a receita e a despesa. Por exemplo, no caso de Mafra, foi apurada uma diferença de um milhão de euros, foi pedido que fossem feitos os acertos desde dezembro do ano passado e até agora ainda não foi feito. Poderei dizer que, de todos os municípios, não se conhece um único acerto no final de um ano de execução da descentralização na área da Educação”, afirmou, destacando que “a ausência de resposta” da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) “é total”.

Quanto à Saúde, “aí a situação ainda é mais crítica”, considerou.

Entre os principais motivos estão a ausência de mapeamento e programa de financiamento para obras de requalificação de edifícios dos centros de saúde e das unidades de saúde em mau estado, que o Governo deveria ter apresentado à ANMP até 31 de dezembro para validação,

além de faltar também definir critérios e rácios de trabalhadores e de viaturas por centro de saúde e ainda os seguros, higiene e medicina dos trabalhadores.

“Por outro lado, também o que tem levado muitos dos meus colegas a não aceitarem a assinatura dos autos são a discrepância das rubricas e dos valores propostos pelas ARS [Administração Regional de Saúde] que são diversos a nível nacional”, disse.

“Também notámos alguns relatos de pressão política que nós não aceitamos relativamente aos municípios que ainda não assinaram o auto, sob pena de não poderem aceder ao PRR para requalificação dos edifícios dos centros de saúde. Portanto, esta questão de dizer que só há PRR se assinar o auto quando os autarcas não se reveem nos autos, parece-nos a nós que não é caminho que deve trilhado”, acrescentou.

Relativamente às transferências na Ação Social, que não fez parte deste acordo, mas de um outro assinado com o Governo em 3 de janeiro deste ano, Hélder Sousa afirmou que “as queixas que chegam têm sido reduzidas”, pelo que os ASD fazem, para já, uma avaliação positiva, uma vez que as verbas quase que duplicaram, para cerca de 93 milhões de euros.

Entre as 22 competências que o Governo passou para os municípios, Hélder Sousa Silva destacou ainda que, quanto às vias rodoviárias, uma área que considerou crucial, o processo está “parado”, o que atribuiu a alguma ambiguidade no processo e a “uma perfeita dessintonia entre o Governo e a própria Infraestruturas de Portugal”, sem que tenham sido estabelecidos prazos para a conclusão do processo.

INICIATIVA DA DISTRIAL DO PSD DO PORTO

# EDUCAÇÃO EM DEBATE NA MAIA

O auditório da Fundação Gramaxo, na cidade da Maia, recebeu a 3.ª edição da Academia de Formação Política da Distrital do Porto do PSD, dedicada à educação.

Perante uma sala cheia, Tiago Sá Carneiro, coordenador da Academia da Formação, deu as boas-vindas e explicou as metodologias dos trabalhos para a sessão.

De seguida, interveio Emília Santos, vice-Presidente da Câmara Municipal da Maia e vereadora do pelouro da Educação, saudou a distrital por ter escolhido a Maia para receber esta iniciativa.

“Na Maia, trabalhamos para construir escolas construtoras de felicidade, escolas amigas das crianças, dedicadas a criar cidadãos conscientes para o futuro. Temos de reinventar a escola para tornar mais inclusiva para todos. Caminhamos na intenção de criar escolas sem muros, abertas à comunidade e ao território”, declarou.

Emília Santos considera que os autarcas “devem ser agentes facilitadores da mudança, criando condições para que sejam cumpridos três grandes desafios: infraestruturas, humanização da escola e a promoção da inovação pedagógica, respeitando a autonomia pedagógica das escolas”.

Desde 1 de abril de 2022, o Governo não transferiu um cêntimo do acordado para as refeições escolares. São cerca de 130 milhões de euros que não foram transferidos para os municípios. “Somos uma câmara sólida e sustentável, mas que faz com que alguns projetos fiquem na gaveta por falta desta regularização por parte do estado. É inadmissível o garrote financeiro que estão a fazer às autarquias”, disse.

Por sua vez, Margarida Balseiro Lopes, vice-Presidente do PSD, explicou que é responsável pela área de educação na Comissão Política Nacional. “A educação começa muito antes do 1.º Ciclo e é fundamental investirmos nesta área”, acrescentou.

Continuou explicando o porquê da importância da educação apresentado dados de estudos que apontam que “uma criança, em Portugal, que nasça numa família de baixo rendimento terá menor probabilidade de ter um vencimento de topo que que um filho de um gestor. O sítio em que nascemos ou a nossa condição familiar não deve limitar o que será o nosso trajeto de vida. O





Deixou ainda uma palavra ao ex-líder, aos funcionários, à atual direção e a todos os democratas para não baixarem os braços e lutarem contra este estado de coisas. “Isto é a sociedade civil, e isto não pode acontecer em Portugal. Não somos Cuba, Venezuela, Rússia ou a Coreia do Norte. Queremos que a democracia prevaleça no nosso país”, acrescentou.

A propósito da educação, Sérgio Humberto “afirmou que o nosso foco, quando falamos de educação são os alunos”. “Antigamente entrávamos na escola para aprender, hoje a escola também tem de ensinar, e esse é um papel de toda a comunidade educativa. Os socialistas tentam colocar os professores contra os pais, e não podemos deixar que isto aconteça. Verdadeiramente os professores também são pais

e sabem que o foco são os alunos. Não podemos nunca perder esse foco”, precisou.

Referindo-se à descentralização, Sérgio Humberto observou que as câmaras basicamente foram obrigadas acolher as competências descentralizadoras na educação e outras áreas, e o exemplo da falta de transferências é sintomático do estado a que chegamos.

“Há alguns anos falava-se de ‘mochilas financeiras’, agora o Governo fala em ‘envelopes financeiros’, mas o que chega às Câmaras Municipais são apenas alguns porta-moedas. E nem para cumprir a função descentralizada há transferência de verbas, o que obriga as autarquias a tirar recursos noutras áreas para se substituir ao Estado”, concluiu.



que é uma profunda injustiça”, destacou.

“É assustador ver o que se passou no setor nos últimos anos, desde experimentalismos sem base científica. Sem uma avaliação séria. Relativamente aos professores, para além dos congelamentos de carreira, temos ainda todo um conjunto de tarefas burocráticas que os afastam da tarefa essencial que deveria ser vocacionada para a lecionação. Quem dará aulas no futuro às nossas crianças, uma vez que a carreira é cada vez menos atrativa? Não tratam bem os alunos, não tratam bem os professores e não tratam bem os municípios”, afirmou a vice-Presidente.

Seguiu-se o painel moderado por Bruno Bessa, presidente da Distrital do Porto da JSD e que contou ainda com José Ferreira Gomes (ex-secretário de Estado do Ministério da Educação e Ciência e Reitor da Universidade da Maia), António Cunha (coordenador do PSD na Comissão Parlamentar de Educação e Ciência), Jorge Ascensão (antigo Presidente da Confederação Nacional das Associações de Pais) e Pedro

Miguel Barreiros, Secretário-geral da Federação Nacional de Educação e Presidente do Sindicato dos Professores da Zona Norte.

Entre outras temáticas, ficou evidente o claro insucesso dos programas de recuperação de aprendizagens do pós-covid e da falta de referentes em função da extinção das provas finais de 4º e 6º ano.

Por último, foram ainda afloradas temáticas relacionadas com as carreiras docentes, que tanto têm lutado pelos seus direitos laborais e profissionais, falando-se do estigma da crescente burocracia e menor atratividade da carreira.

O Presidente da Comissão Política Distrital do PSD Porto, Sérgio Humberto, dirigindo-se a uma plateia de militantes, dirigentes, deputados, professores, pais e demais agentes educativos, alertou para o grave problema para a democracia da operação desencadeada pelas autoridades. “Vasculhar a agenda dos dirigentes, ver onde estamos a trabalhar, os projetos para o futuro deixam-nos a pensar acerca de qual o real propósito desta ação policial”, disse.

# AUTARCA DA PÓVOA DE VARZIM CRITICA “INOPERÂNCIA” DO FUNDO AMBIENTAL

**O autarca da Câmara da Póvoa de Varzim criticou a “inoperância” do Fundo Ambiental, criado pelo Governo, apontando que faltam medidas para fazer cumprir algumas metas traçadas pela União Europeia.**

“O Fundo Ambiental, dotado de impostos de portugueses com mais de 1,2 mil milhões de euros, foi criado para resolver problemas de sustentabilidade do país, mas tem sido utilizado para tudo menos para isso”, alertou Aires Pereira, durante cerimónia da apresentação do Centro do Clima da Póvoa de Varzim.

O autarca poveiro, eleito pelas listas do PSD, e que é também administrador da LIPOR, empresa intermunicipal dedicada à gestão, tratamento e valorização de resíduos do Grande Porto, lembrou que Portugal está atrasado nas metas comunitárias no processamento de resíduos.

“Atualmente, temos 56% de taxa de colocação de resíduos em aterro, mas precisamos de chegar aos 10%

até 2030. Qual é política do Governo que vai levar a que isso aconteça? Lembro que podemos ser altamente penalizados se não atingirmos essa meta”, partilhou Aires Pereira.

O Presidente de Câmara da Póvoa de Varzim deixou ainda críticas à distribuição das verbas oriundas da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR), defendendo uma repartição mais ampla.

“São 30 milhões de euros dotados pelos municípios, e dizem que nos vão devolver um terço desse montante para projetos ligados aos biorresíduos. Considero que esse dinheiro devia ser integralmente metido no sistema para todos melhorarmos”, partilhou.

# VILA FLOR INVESTE 2,5 MILHÕES DE EUROS NO COMPLEXO TURÍSTICO DO PENEIREIRO

**O município de Vila Flor, no distrito de Bragança, vai investir 2,5 milhões de euros na requalificação do Complexo Turístico do Peneireiro, um espaço no interior norte de Portugal procurado por campistas nacionais e estrangeiros, anunciou a Câmara Municipal.**

O equipamento municipal encontra-se encerrado “por razões de segurança”, segundo o município, que espera iniciar no próximo ano os trabalhos de requalificação do parque que nos meses de verão chegou a contabilizar 40 mil dormidas de 17 nacionalidades.

Este espaço oferece campismo, natureza e lazer e é a partir destes recursos naturais que a autarquia se propõe desenvolver o projeto de requalificação com um conceito que também envolve investigação ambiental.

O anteprojecto da intervenção encontra-se em consulta pública até 30 de agosto no Centro Cultural da vila transmontana “para que todos os munícipes possam perceber o que se desenha e dar os seus contributos”, segundo o presidente da Câmara, Pedro Lima.

O autarca anunciou que tem “2,5 milhões de euros já cativos no Fundo Ambiental” para concretizar o projeto e a expectativa é “lançar o concurso para a execução da primeira fase da obra até finais de 2023, para dar início aos trabalhos durante 2024”.

A ideia é “requalificar o parque de campismo, inaugurado em 1983, trazê-lo à atualidade com um novo tom, de conservação, das alterações climáticas, de retenção do conhecimento, colocar noutra pata os 30 hectares do Peneireiro e transformá-lo num Eco Park”.

O Presidente da Câmara explica que a intervenção pretendida assenta nos recursos naturais que existem, acrescentando-lhes valor, “com respeito pelo planeta, pelos recursos que nele existem, pelas acessibilidades e inclusão, pela preservação do ecossistema, da fauna e flora, pela biodiversidade”.

Com este projeto, Vila Flor pretende “conquistar um lugar de referência na era moderna que conjugue conforto, natureza, ‘glamour’, modernização, inovação, recreio e lazer”.

Em concreto, está prevista a criação de “um centro de alterações climáticas com vertentes de estudo, investigação e desenvolvimento de ações na área florestal”, em parceria com instituições de ensino superior e investigação, como o Instituto Politécnico de Bragança.

Na vertente de recreio e lazer, o município projetou “um anfiteatro ao ar livre com mobiliário moderno, zonas de contemplação e relaxamento, nomeadamente para observar o céu estrelado de um território com certificação Starlight, espaços que convidem à leitura e convívio”.

Na oferta mais conhecida, a do campismo, “a ideia passa por aprofundar e aplicar em Vila Flor o conceito de ‘glamping’, acampamento com tendas funcionais, campismo com zonas individualizadas e abrigos para tendas, ‘bungalows’ com linhas modernas de design e arquitetura”.



A requalificação visa criar também um parque de estacionamento para caravanismo com capacidade para 40 autocaravanas e uma piscina natural.

Está ainda prevista uma zona para refeições, que pode ser acedida a pé ou em família, pela ciclovia que ali vai ser desenhada, com passagem nas zonas para recreio, com equipamentos para diversão de crianças e prática desportiva com ginásio ao ar livre.

O Complexo do Peneireiro possui ainda, em áreas contíguas, piscinas municipais, o campo de futebol de praia “Arena Vila Flor”, um complexo desportivo, um mini zoo, e a barragem do Peneireiro, entre outras infraestruturas.



# LUÍSA SALGUEIRO É “CÚMPLICE” DA **EXCLUSÃO** **DE MATOSINHOS DA** **EXPANSÃO DO METRO**

**Bruno Pereira critica o “silêncio ensurdecedor e concordante da Presidente da Câmara de Matosinhos, que deixou de fora a expansão da rede de Metro no concelho.”**

“Não aceito as justificações de secundarização do concelho de Matosinhos em detrimento de outros concelhos, com a falsa premissa de maior viabilidade de utentes”, acusa.

Recorde-se que, Luísa Salgueiro, em vésperas de autárquicas de 2021, classificava como prioritária a expansão da rede do Metro do Porto para Matosinhos.

“O projeto da linha de S. Mamede de Infesta, que parte da Senhora da Hora em direção ao Hospital S. João, que culmina com o encerramento da linha circular à volta da cidade do Porto, tem vindo a ser sucessivamente ultrapassada por novos projetos de linhas de Metro – Casa da Música à Estação de S.

Bento, o prolongamento de St. Ovídio a Vila D’Este, a nova linha de Gondomar e a ligação do ISMAI para a Trofa. Luísa Salgueiro, presidente da Câmara e da Associação Nacional de Municípios, sempre tão lesta a pronunciar-se sobre tudo, nesta matéria, que tanto prejudica os matosinhenses, remete-se a um silêncio cúmplice e silêncio de submissão ao seu governo socialista. De um presidente de Câmara exige-se que defenda, contra tudo e contra todos, os interesses do concelho e o bem-estar dos cidadãos”, declara o PSD.

“É de questionar se o Partido Socialista não está empenhado em expandir o metro em Matosinhos? Pois já em 2008, o Partido Socialista prometeu que em 2014 e em 2016, novas linhas de Metro chegariam a Matosinhos. Em 2011, o governo do eng. Sócrates cancelou a expansão, esquecendo os compromissos previamente assumidos com a população de Matosinhos”, lamenta.

Os autarcas do PSD de Matosinhos solicitaram há vários meses uma reunião à Administração da Metro do Porto, numa altura em que se comemorava os 20 anos da sua existência, para apresentarem novos, e a seu ver urgentes, projetos para a rede de Metro no concelho, até ao momento não obtiveram qualquer resposta.

“A verdade, é que esta linha devido à sua localização estratégica, paredes meias com a cidade do Porto e com infraestruturas portuárias e aeroportuárias permitiria melhorar de forma drástica a mobilidade na Área Metropolitana do Porto, libertando a já congestionada A28, rotonda Produtos Estrela, estrada da circunvalação e a Via Norte, refere este dirigente social-democrata”, concluiu.

# PREÇO DAS REFEIÇÕES ESCOLARES BAIXOU NOS AÇORES

**Joaquim Machado, deputado do PSD dos Açores, sublinhou que, “este ano, pela primeira vez na história da Autonomia, o preço das refeições escolares baixou nos Açores, deixando de ser as mais caras do país”.**

Segundo explicou, na sequência de uma proposta inicial da Coligação (PSD, CDS-PP e PPM), que contou com o contributo de outros partidos com assento parlamentar, “as refeições para os alunos oriundos de famílias mais carenciadas baixaram 27% nos Açores, representando uma poupança equivalente aos custos de sete semanas de aulas por ano letivo”.

Joaquim Machado acrescentou que “esta redução do preço das refeições escolares abrangeu também os alunos dos restantes escalões de apoio da ação social, assim como aqueles que não estão abrangidos por tais medidas”.

E sublinhou que, “ironicamente, o Partido Socialista, que em 24 anos nem por uma só vez baixou o custo das refeições escolares nos Açores,

incluindo nos períodos em que o número de desempregados se aproximou das 20 mil pessoas, reclama hoje do Governo Regional abajamentos extraordinários neste domínio”.

Joaquim Machado repudiou assim as afirmações do socialista Vasco Cordeiro que, ao afirmar que “as famílias açorianas não beneficiaram de desconto nas refeições escolares porque o Governo Regional se recusou a cumprir a lei”, citou.

“Isso é falso e é grave, vindo de um antigo Presidente do Governo, para mais responsável pelo custo mais elevado das refeições escolares em Portugal, quando teve todos os meios para alterar essa situação”, disse o social-democrata.

Nos termos da legislação aprovada em fevereiro na Assembleia Legisla-

tiva dos Açores, por exemplo, as refeições escolares para um aluno do 5º escalão “baixaram de 2,60 euros para 2,08 euros”, esclareceu.

“Além disso, o Governo Regional não refletiu nos valores praticados a última atualização do subsídio de refeição da Função Pública, que é a referência para a determinação do preço a pagar pelos alunos açorianos”, frisou.

“Se o tivesse feito, o preço de um almoço para aquelas crianças seria de 2,40 euros”, pelo que “essa foi mais uma ajuda do Governo às famílias açorianas”, adiantou Joaquim Machado, lembrando ainda “que as famílias açorianas obtiveram uma poupança de mais de 600 mil euros na despesa com manuais escolares, graça à cedência dos mesmos em formato digital”, assinalou.



# PSD DOS AÇORES ELOGIA CLAREZA DE NOVAS POLÍTICAS DE JUVENTUDE

**Flávio Soares, deputado do PSD dos Açores, elogia “a clareza, a objetividade, a modernidade, a adaptação à realidade atual e a transversalidade do regime de Políticas de Juventude, aprovado por unanimidade”, na Assembleia Legislativa**

No debate da proposta de alteração ao decreto legislativo regional, o parlamentar social-democrata destacou “o trabalho de auscultação realizado junto das associações de juventude, dos conselhos municipais e do próprio Conselho de Juventude dos Açores, num amplo processo de participação e envolvimento das entidades”.

Para Flávio Soares, “o diploma traz um novo enquadramento, no que às políticas de juventude diz respeito, à nova realidade dos jovens e associações juvenis que existem na Região, indo ao encontro das suas ambições e melhorando as possibilidades do seu exercício no Associativismo”.

As alterações surgem volvidos 15 anos da implementação do decreto-legislativo pela governação socialista “e que há muito carecia de uma adequação aos novos tempos e à realidade atual”, frisou o deputado do PSD/Açores.

Flávio Soares considera que o novo diploma vem finalmente “apostar na política de transversalidade da juventude, transformando a direção regional num efetivo parceiro no desenho das medidas de outras áreas governativas relacionadas com a juventude”.

O mesmo sucede em relação ao reforço dos Conselhos Municipais de Juventude, adiantou, acrescentando que “como órgão de acompanhamento e avaliação da estratégia das políticas públicas de juventude, confere uma nova dinâmica na sua ação”.

O parlamentar social-democrata venceu que “a iniciativa vai ao encontro dos objetivos propostos pelo Governo da Coligação (PSD, CDS-PP e PPM), no que diz respeito à capacitação de novas competências, como áreas prioritárias para a definição das políticas de juventude”.





O parlamentar social-democrata concluiu que com o novo diploma “estaremos a garantir que todos tenham voz, e não apenas alguns, como aconteceu durante demasiado tempo”.

## Parlamento dos Açores aprova diploma de políticas de juventude

O decreto legislativo do Regime de Políticas de Juventude para a Região Autónoma dos Açores foi aprovado no plenário da Assembleia Regional, 12 de julho, que decorreu na Horta, na ilha do Faial, com 20 votos a favor do PSD, três do CDS-PP, dois do PPM, dois do BE, um do Chega, outro do IL, outro do PAN e do deputado independente e com 24 abstenções do PS.

Segundo a secretária regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, Maria João Carreiro, que apresentou o documento, o diploma que enquadra as políticas de juventude da região está em vigor há 15 anos e encontra-se “desatualizado

nas suas disposições e desajustado da realidade dos jovens e das suas associações representativas”.

“Perante este quadro, e considerando o novo compromisso da governação pública regional com a juventude, bem como os contributos recolhidos no exercício de uma governação aberta, dialogante e próxima dos jovens, o Governo Regional propõe a esta Assembleia Legislativa a aprovação do Decreto Legislativo Regional n.º 34/XII que define o novo regime de políticas de juventude para a Região Autónoma dos Açores”, explicou.

O novo diploma “reflete um impulso ao associativismo juvenil” e reforça,

“não só os direitos dos jovens e das suas organizações, como também a sua participação na definição, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de juventude”.

Em votação final global, o diploma com o Regime de Políticas de Juventude para a Região Autónoma dos Açores acabou por ser aprovado por unanimidade.

# PSD DOS AÇORES CRITICA “RETROCESSO” NA GESTÃO DO MAR

**Salomé Matos, deputada do PSD dos Açores, criticou o “retrocesso a que se assiste atualmente em matéria de gestão do Mar do arquipélago, em que o Governo da República reduz a Região a mera entidade a consultar, aquando da discussão de assuntos relativos à preservação e proteção dos recursos marinhos açorianos”.**

Salomé Matos falava dia 13 de julho na sequência de uma declaração política do CDS-PP sobre o projeto de decreto-lei do Governo da República que regula as atividades de investigação marinha realizadas por entidades não nacionais no espaço marítimo nacional.

Para a parlamentar social-democrata, “a questão remete-nos para feridas não só do presente, como do passado”, defendendo que deve ser a Região a “coordenar de forma concertada, bem como gerir e proteger o nosso mar, no encaço da sustentabilidade e valorização”.

A deputada entende que o projeto de decreto-lei elaborado pelo Governo da República, cuja apreciação foi solicitada à Assembleia Legislativa “peca acima de tudo pela desfaçatez de ter cá chegado nos termos que to-

dos conhecemos e mereceu por isso parecer desfavorável”.

Facto que, por si só, demonstra “bem que o centralismo de Lisboa não se revela favorável ao reforço do poder dos Açores sobre o seu mar”, apontou.

Aliás, o Governo dos Açores está a preparar um diploma no âmbito da valorização do Mar açoriano “com vista a definir 15% das áreas totalmente protegidas, a que se soma outros 15% de áreas parcialmente protegidas, colhendo contributos das entidades ligadas ao setor, através do Blue Azores”, lembrou.

Salomé Matos advogou ainda que “devem ser encetados todos os esforços no reforço de meios de fiscalização, atendendo ao objetivo estratégico do Governo Regional de aumentar as zonas protegidas”, concluiu.



# PSD DA MADEIRA ACUSA GOVERNO DE “GRAVE DISCRIMINAÇÃO”

**O Conselho Regional do PSD da Madeira acusou o Governo socialista de “recorrente injustiça e grave discriminação” da região por, na sua última deslocação à Madeira, António Costa não ter falado dos dossiês pendentes na República.**

Os conselheiros sociais-democratas madeirenses estiveram no dia 15 de julho reunidos no Funchal e abordaram a visita à Madeira de António Costa, que, na qualidade de secretário-geral do PS, apenas participou, a 25 de junho, nas jornadas parlamentares do partido que se realizaram na região, não tendo mantido qualquer reunião com o Governo Regional.

No texto com as conclusões do encontro, o último deste órgão antes das eleições legislativas regionais agendadas para 24 de setembro, os sociais-democratas apontam que António Costa não “proferiu uma palavra sobre os diferentes dossiês que se encontram pendentes e que são da sua exclusiva responsabilidade”.

“Lamentamos que, dentro da recorrente injustiça e da grave discriminação com que somos [Madeira] tratados, o Governo socialista da República, à luz da sua visão centralista, tenha decidido acabar com os vistos ‘gold’ e tenha, igualmente, aprovado a contribuição extraordinária sobre o Alojamento Local, decisões essas que a região irá contestar nos locais próprios”, declaram os membros deste órgão do PSD do arquipélago.

A cerca de dois meses do final do mandato do Governo Regional (PSD/CDS), o Conselho Regional salienta o trabalho desenvolvido pelo executivo insular que, apesar de ter enfrentado uma crise de saúde pública e outra económica e social, apresenta uma “região com mais investimento, mais emprego, mais saúde e educação, mais proteção social, mais rendimento disponível para as famílias e menos impostos”.

No documento, os conselheiros fa-



zem um balanço positivo ao desempenho do Governo Regional que, sublinham, “cumpriu, com seriedade e em todas as áreas, os compromissos assumidos com a população e as que competiam ao Estado Português, para salvaguardar os interesses dos madeirenses, num clima de estabilidade que se reconhece e importa manter para o futuro”.

Por isso, declaram “renovar e reforçar” a confiança no atual líder do partido e do executivo, Miguel Albuquerque, que encabeça a candidatura, em coligação com o CDS-PP, às eleições de 24 de setembro, à presidência do Executivo Regional.

“Encarando-o, na base do projeto em coligação que lidera, como o único capaz de lutar, de forma acérrima, em nome da Autonomia e dos direitos e interesses dos madeirenses, dentro e fora da região, contra todos os que continuam a defender o centralismo, a demagogia e a regressão de todas as conquistas alcançadas”, sustentam.

O conselho regional do PSD da Madeira também enalteceu as celebrações do Dia da Região de-

envolvidas junto da diáspora, “evidenciando, em simultâneo, a valorização do Governo Regional junto das suas comunidades, por oposição a um Governo da República que, também aqui, continua a falhar em toda a linha, negligenciando as respostas que lhe compete assegurar nos países de acolhimento, os apoios a quem regressa e as fundamentais ligações aéreas que continuam por garantir”.

Os conselheiros apelaram ainda à mobilização e empenho dos militantes para a festa anual do partido, a Herdade do Chão da Lagoa, no dia 23 de julho, que conta com a presença do líder nacional, Luis Montenegro, e para a “rentrée” política, a 12 de agosto, na ilha do Porto Santo, focados em garantir mais uma vitória eleitoral nas Regionais de 24 de setembro.

Numa intervenção durante a reu-

nião do Conselho Regional, Miguel Albuquerque realçou a necessidade de o partido se manter “coeso e mobilizado para a vitória, com maioria absoluta”, opinando que “não há nenhuma eleição ganha antes da contagem dos votos”.

O líder social-democrata insular realçou que só um resultado eleitoral vitorioso garantirá que a Região mantenha “a trajetória de desenvolvimento e progresso a que tem assistido nos últimos anos, num clima de estabilidade que contrasta com aquele que se vive a nível nacional”.

“Nada mudou na identidade do nosso Partido. Somos reivindicativos e determinados na forma como desenvolvemos as nossas políticas, cumprimos a nossa palavra e é por isso que somos merecedores da confiança da nossa população, num caminho que queremos prosseguir”, disse.

# GOVERNO DA MADEIRA REFORÇA APOIO ÀS FAMÍLIAS NO PAGAMENTO DO CRÉDITO À HABITAÇÃO

**“Vamos apresentar em breve a majoração desse apoio no sentido de abarcar mais famílias nessa taxa de esforço e penso que é importante termos neste quadro um conjunto de apoios disponíveis sobretudo para as famílias que viram o seu crédito à habitação aumentar de forma exponencial”, afirmou o líder do Governo Regional (PSD/CDS-PP) à margem de uma visita a uma empresa, no Funchal.**

Miguel Albuquerque referiu que o Governo Regional apoia atualmente “mais de 100 famílias” no âmbito do programa ‘Reequilibrar’, atribuindo um apoio de cerca de 150 euros, em média, ao pagamento dos créditos à habitação.

“Neste momento temos cerca de um milhão de euros, mas temos capacidade para aumentar neste momento”, disse.

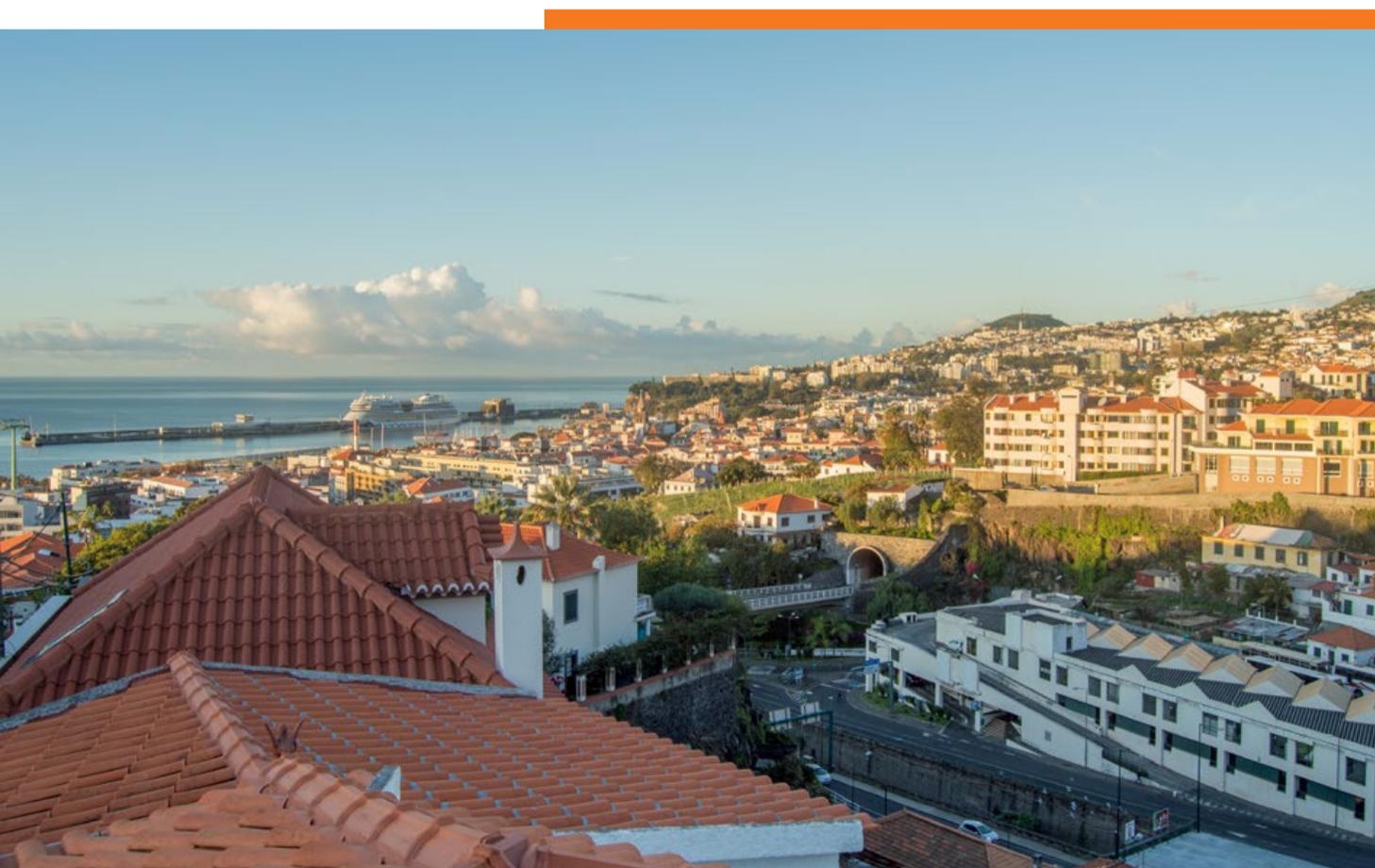
O programa “Reequilibrar” foi lançado pelo Governo da Madeira na se-

quência do aumento das taxas de juro e visa apoiar a fundo perdido as famílias madeirenses no pagamento de prestações do crédito à habitação.

Os apoios, que variam entre 25 e 200 euros, destinam-se a famílias que apresentem uma taxa de esforço superior a 30% e tenham um capital em dívida de, no máximo, 240 mil euros.

“Outra das condições de acesso é que os candidatos afirmem rendimentos anuais líquidos entre oito e 40 salários mínimos regionais, para contratos de crédito com um só titular, e entre 16 e 60 salários mínimos regionais para contratos de crédito com dois titulares”, de acordo com o Governo Regional.

O valor a apoiar consiste na diferença entre o valor da prestação à data da candidatura e o valor da prestação em 31 de julho de 2022, sendo reajustado a cada seis meses, em função da variação das taxas de juro Euribor. O apoio é pago mensalmente por transferência bancária diretamente na conta bancária na qual é efetuado o débito da prestação do crédito.



# MADEIRA RECOMENDA À REPÚBLICA REFORÇO DE AGENTES DA PSP

**Os deputados da Assembleia Legislativa da Madeira aprovaram, por unanimidade, uma proposta que recomenda à República o reforço de agentes do comando regional da Madeira da Polícia de Segurança Pública (PSP).**

O diploma esteve em discussão esta semana em plenário, na Assembleia Legislativa da região, tendo o deputado único comunista, Ricardo Lume, argumentado que o comando regional da PSP na Madeira tem 750 agentes, “um número que não é suficiente para as necessidades”, sendo necessários “mais 150”.

“É fundamental que o Governo da República, através do Ministério da Administração Interna, em articulação com o comando regional da Madeira, dê resposta a esta falta de agentes na região”, sublinhou.

José Prada, deputado do PSD, a maior bancada no parlamento madeirense (ocupa 21 dos 47 lugares

no hemiciclo), condenou a “falta de investimento do Estado” central na área, considerando que “as condições de algumas esquadras na região inadmissíveis”.

“Não é original [a proposta deste projeto de resolução] e tem sido uma das reivindicações do PSD [Madeira] junto da República ao longo dos últimos oito anos. Mas, é oportuna”, declarou o parlamentar social-democrata.

José Prada também recordou a corresponsabilidade do PCP na matéria, porque que na anterior legislatura tinha um acordo parlamentar com o Governo da República que “ignorou estas reivindicações da Madeira”.

O deputado social-democrata lembrou ainda que o Governo madeirense tem apoiado o comando regional da PSP, nomeadamente com a atribuição de 80 mil euros para equipamentos informáticos e mais 930 mil euros para viaturas, com base em protocolos celebrados e nas verbas cobradas em multas no arquipélago.

Em plenário, foi também aprovada uma proposta de alteração ao Código Fiscal de Investimento da região, para fomentar o crescimento do investimento e a competitividade da economia, e que foi apresentada pelo secretário regional das Finanças, Rogério Gouveia.

Na sessão foram ainda aprovadas

três propostas legislativas apresentadas pelo secretário da Saúde do Governo Regional, Pedro Ramos, para a valorização e respeito pelos recursos humanos do setor.

Uma iniciativa refere-se à criação de um regime especial para avaliação do desempenho dos profissionais das carreiras de técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica, tendo contado com os votos favoráveis da maioria PSD/CDS-PP, PS e JPP.

Dois outros diplomas, para a criação da carreira especial de técnicos auxiliares de saúde e a definição da carreira especial de tripulante de ambulância de transporte não urgente, foram aprovados por unanimidade.

A maioria PSD/CDS-PP aprovou igualmente uma terceira alteração do diploma que aprova o regime jurídico do Serviço Regional de Proteção Civil da Madeira, visando, entre outros aspetos, o desenvolvimento de “uma base de dados comum que permita a recolha e registo sistemático de perdas e danos associados a grandes acidentes e catástrofes, de forma a alimentar uma base nacional”.



Número 509 • 16 de Maio de 1984 • Preço 30\$00

# Povo Livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: MANUEL PEREIRA



## Resultados frutuoso da reunião PSD-PS

Efectuou-se ontem em Lisboa uma reunião entre delegações do PSD e do PS, chefiadas por Mota Pinto e Mário Soares. O encontro, cujos resultados foram considerados frutuoso, teve como objectivo discutir e adoptar medidas de reestruturação e intervenção que devem ser tomadas a nível do Governo, Assembleia da República e Poder Local.

## FESTEJAR X ANIVERSÁRIO É ACTO DE RESPONSABILIDADE E DE FÉ

— afirmou Mota Pinto na sessão comemorativa dos 10 anos do PSD



O líder do PSD, Mota Pinto, saudado entusiasticamente após a sua intervenção

### Rui Machete a «PL»

## Esta formação governamental está longe de esgotar as potencialidades

«Povo Livre» publica hoje, na pág. 9, uma entrevista com Rui Machete, presidente da Comissão Política Nacional e um dos primeiros ministros do PSD.

do PSD na Sociedade Portuguesa de actualidade da via socialista para Portugal são alguns temas a que Rui Machete responde quando para o Governo um político que concite o entusiasmo das pessoas, aponta grandes objectivos do PSD, no âmbito da reestruturação e dinamização da agricultura, a modernização da indústria e a reforma da Administração pública e do sector empresarial. As futuras eleições presidenciais defende que o ideal seria encontrar-se um candidato comum ao PS e ao PSD, que seja uma figura equidistante dos dois Partidos. Outros temas



importantes abordados na entrevista referem-se ao problema da Justiça em Portugal e à investigação da tragédia de Camarate.

## Vitória dos TSD

Com 515 votos e 4 mandatos os sociais-democratas ganharam pela primeira vez as eleições para a CT dos Serviços Transportes Colectivos do Porto.

A lista afectada ao PCP conseguiu apenas 450 votos e 3 mandatos perdendo um mandato em relação à eleição anterior. De realçar a grande descida da lista socialista que perdeu 3 mandatos e se quedou pela última posição com 358 votos e 2 mandatos apenas, tendo sido ainda ultrapassada pela lista afectada à UDP com 377 votos e 2 mandatos.

Com mais este resultado, acentua-se o crescente de implantação dos TSD no mundo laboral confirmando-se a grande expectativa que se concentra em torno desta estrutura de unidade laboral dos sociais-democratas.

## II CONSELHO NACIONAL / 84

Ao abrigo do disposto no artigo 26º dos estatutos, convocou o Conselho Nacional para reunir nos próximos dias 2 e 3 de Junho, com início às 15 h., no Hotel Sheraton, com a seguinte

### ORDEM DE TRABALHOS

1. Regulamento da Comissão de Relações Internacionais.
2. Eleição da Comissão de Revisão do Programa.
3. Relatório e Contas de 1983;
4. Orçamento — 1984;
5. Sector Empresarial do Estado — análise e medidas a adoptar;
6. Análise da situação política.

Lisboa, 15 de Maio de 1984.

O Presidente da Mesa

# CONVOCATÓRIAS PSD



**RECEÇÃO** TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Fax: 213 973 168 | Email: convocatorias@psd.pt

## DISTRITAIS

### LISBOA AM

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital da AML do PSD para reunir, em sessão ordinária, no próximo **dia 27 de julho de 2023 (quinta-feira), pelas 21H00**, na UACS - União de Associações do Comércio e Serviços, sita na Rua Castilho 14, Lisboa, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Apresentação, discussão e votação do relatório e contas de 2022 da Distrital de Lisboa.
2. Análise da situação política.

## SECÇÕES

### ALCOCHETE

Nos termos dos Estatutos Convoca-se a Assembleia de Secção de Alcochete, para reunir no próximo **dia 2 de Agosto (quarta-feira) de 2023, pelas 20H30**, na Sede Concelhia de Alcochete, sita na Rua do Paço, nº 8 Alcochete com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Informações.

## BAIÃO

Ao abrigo dos Estatutos e Regulamento do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes do PSD/Baião para reunir no próximo **dia 29 de julho (sábado) de 2023, pelas 17H30**, na Sede do Partido, sita na Rua de Camões, Campelo-Baião, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Informações da Presidente da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Informações da Presidente da Comissão Política de Secção;
3. Análise da situação política concelhia;
4. Outros assuntos.

## CABECEIRAS DE BASTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção do Partido Social Democrata de Cabeceiras de Basto, para reunir, em plenário eleitoral, a realizar no próximo **dia 23 de setembro (sábado) de 2023, pelas 14H00**, na sua Sede, sita na Rua das Pondres, 51 no Quinchoso – Cabeceiras de Basto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção;
3. Eleição dos Delegados ao 41º Congresso Nacional do PSD

Notas: As listas terão de ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. As urnas estarão abertas entre as 14H00 e as 20H00, para ambos os atos eleitorais

## MONCHIQUE

Dina Paula Correia Baiona, Presidente da Mesa da Assembleia de Secção de Monchique, ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário da Assembleia de Secção de Monchique para reunir no próximo **dia 23 de setembro (sábado) de 2023, pelas 14H00**, na Sede do PSD Monchique, sita na Rua Dom Francisco Gomes do Avelar, 7 Monchique, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política de Secção;
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: As listas candidatas devem ser entregues á Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente a possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral na Sede do PSD de Monchique, ou remetido para o endereço eletrónico dina.baiona@gmail.com

As urnas estarão abertas das 14H00 às 20H00.

## SÃO PEDRO DO SUL

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata (PSD), convoca-se a Assembleia de Secção de São Pedro do Sul, para reunir no próximo **dia 28 de Julho de 2023 (sexta-feira), às 21H00** no Auditório do Hotel do Parque, sita na Rua do Serrado nas Termas de São Pedro do Sul, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política nacional;
2. Análise da situação política local;
3. Outros assuntos.

## Acompanhe-nos no dia-a-dia...

# PSD



**Conferências de Imprensa,  
Transmissões em direto,  
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,  
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade  
do PSD**



**Noticiário semanal todas  
as sextas-feiras**

# CONVOCATÓRIAS JSD



**RECEÇÃO** SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 | Email: [jsdnacional@gmail.com](mailto:jsdnacional@gmail.com)

## ALMODÔVAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD Nacional, convoca-se o Plenário Eleitoral da Concelhia de Almodôvar, a fim de reunir no dia 26 de agosto de 2023, Sábado, pelas 15 horas, na sede do PSD de Almodôvar, sita na Rua Pequeninha, nº 6, 7700-077, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia.

Nota: Deverão fazer chegar as listas à Presidente de Mesa do Plenário distrital até às 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral. As urnas estarão abertas entre as 15 horas e 18h30m.

## ARMAMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD Concelhia de Armamar para reunir no próximo dia 29 de julho de 2023 (sábado), pelas 16h na sede de Junta de Freguesia de São Cosmado, sita Rua das Escolas, São Cosmado 5110-590 Armamar, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Situação Política Atual;
- 3 – Balanço do primeiro ano de mandato;
- 4 – Outros assuntos.

## BARCELOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o plenário concelhio de Barcelos, para dia 04 de agosto de 2023, pelas 21:00 horas, na Rua da Igreja nº143, 4750 - 501 Igreja Nova. Com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação Política Local e Nacional;
- 3 – Outros assuntos;

## CANTANHEDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da concelhia de Cantanhede para o Plenário ordinário a realizar no dia 26 de julho de 2023, (quarta-feira) na sede do PSD Cantanhede (Praça Marquês de Marialva, Edifício Rossio – 2º andar – Sala 1, 3060-133 Cantanhede, pelas 16h com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política;
- 2 – Exposição e debate sobre atividades já realizadas;
- 3 – Análise do plano eleitoral autárquico;
- 4 – Informações da Comissão Política.

## ÍLHAVO

Ao abrigo dos termos do Artigo 71, nº2 dos Estatutos da Juventude Social Democrata, são convocados todos os militantes da JSD Ílhavo para o Plenário Concelhio, no dia 05 de agosto de 2023, pelas 14h30min, na Sede Concelhia, sita na Av. 25 de Abril, Edifício Illiabum, 1º Dto, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação político-partidária;
- 2 – Outros assuntos.

## MANGUALDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia da JSD Mangualde, para reunirem no dia 19 de agosto (sábado) de 2023, pelas 18h00, no Hotel Cruz da Mata, sito no Lugar de Cruz da Mata, 3530-114 Mangualde com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia da JSD Mangualde.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 18h00 e as 20h00. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital da JSD Viseu ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral. Toda a documentação referente à entrega de listas deve ser entregue via online, através do e-mail da Mesa do Congresso Distrital da JSD Viseu ([viseujsdmesa-distrital@gmail.com](mailto:viseujsdmesa-distrital@gmail.com)).

## RESENDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia da JSD Resende, para reunirem no dia 19 de agosto (sábado) de 2023, pelas 14h00, na Rua António Caetano de Moura 4660-212 Resende, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia da JSD Resende.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 14h00 e as 16h00. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital da JSD Viseu ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral. Toda a documentação referente à entrega de listas deve ser entregue via online, através do e-mail da Mesa do Congresso Distrital da JSD Viseu ([viseujsdmesa-distrital@gmail.com](mailto:viseujsdmesa-distrital@gmail.com)).

## NÚCLEO OCIDENTAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do Núcleo Ocidental do Porto para reunir em Plenário Ordinário, a realizar no próximo dia 29 de julho de 2023, pelas 21h30, no Salão Nobre da UF de Lordelo do Ouro e Massarelos, sita na Rua do Campo Alegre, 244, Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política;
- 3 – Outros assuntos.